

Recursos para alcançar as Metas de Aichi

Avaliação dos benefícios, investimentos e recursos necessários
para implementar o Plano Estratégico de Biodiversidade 2011-2020.

SUMÁRIO EXECUTIVO



**Painel de Alto Nível sobre a Avaliação Global de Recursos para a Implementação
do Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020**



Convention on
Biological Diversity



Recursos para alcançar as Metas de Aichi

Avaliação dos benefícios, investimentos e recursos necessários para implementar o Plano Estratégico de Biodiversidade 2011-2020.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Painel de Alto Nível sobre a Avaliação Global de Recursos para a Implementação do Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020



Convenio sobre la
Diversidad Biológica



As designações empregadas e os materiais apresentados não expressam, de forma alguma, a opinião dos titulares dos direitos autorais dessa publicação no que se refere à situação legal de nenhum país, território, cidade ou área, nem a de suas autoridades, nem no que se refere à delimitação de suas fronteiras ou limites.

Essa publicação poderá ser reproduzida sem autorização prévia quando usada para propósitos educacionais ou sem fins lucrativos desde que os créditos sejam atribuídos à fonte original. A Secretaria da Convenção ficaria grata por receber uma cópia de toda publicação que usar esse documento como referência. A reprodução dos valores fica sujeita à autorização prévia dos titulares dos direitos.

Publicado pela Secretaria da Convenção para a Diversidade Biológica.

ISBN 92-9225-565-7 (versão impressa);

ISBN 92-9225-566-5 (versão na Internet)

Copyright © 2014, Secretaria da Convenção para a Diversidade Biológica

Referência:

Painel de Alto Nível da CDB (2014). Recursos para alcançar as Metas de Aichi: Avaliação dos benefícios, investimentos e recursos necessários para implementar o Plano Estratégico de Biodiversidade 2011-2020. Segundo relatório do Painel de Alto Nível sobre a avaliação geral dos recursos necessários para implementar o Plano Estratégico de Biodiversidade 2011-2020. Montreal, Canadá.

Para informações adicionais, entre em contato com a:

Secretaria da Convenção para a Diversidade Biológica

413 Rue St. Jacques, Suíte 800,

Montréal, Quebec, Canadá H2Y 1N9

Tel.: +1 (514) 288 2220

Fax: +1 (514) 288 6588

E-mail: secretariat@cbd.int

Internet: www.cbd.int

Agradecimentos

O relatório foi liderado pelo presidente, Sr. Carlos Manuel Rodriguez, e redigido por quatorze membros do Grupo de Alto Nível. O trabalho do Grupo de Alto Nível tem contado com o apoio de uma equipe de sínteses formada por Sarah Smith (Centro de Monitoramento da Conservação Mundial, PNUMA); Matt Rayment e Mavourneen Conway (ICF International); além de Ravi Sharma, Tristan Tyrrell e Edjigayehu Seyoum-Edjigu (Secretaria da Convenção para a Diversidade Biológica).

A pesquisa que serve de base para o trabalho do Grupo de Alto Nível contou com apoio principalmente do Governo do Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte, sendo que o Governo da Noruega e o Governo do Japão também contribuíram com apoio financeiro. O Governo da Índia e o Governo do Brasil contribuíram em espécie como anfitriões de encontros.

As opiniões expressas e os argumentos dispostos nesse documento não refletem necessariamente as perspectivas oficiais dos observadores do Grupo de Alto Nível, governos e organizações, inclusive quando relevantes aos seus países signatários.



Department
for Environment
Food & Rural Affairs



NORWEGIAN MINISTRY OF
CLIMATE AND ENVIRONMENT

Prefácio



“A avaliação geral, acolhida pela 12ª Conferência das Partes em Pyeongchang em outubro de 2014, transmite a mensagem inequívoca de que os investimentos na natureza serão um componente essencial do movimento em direção a economias verdes com inclusão social. Por exemplo, o relatório destaca que definir áreas protegidas cria novas oportunidades de turismo ecológico. Essa mensagem se encaixa bem em nossa política nacional para conquistar tanto o desenvolvimento econômico como a preservação ambiental, e quero estimular todos os estados membros a considerarem as conclusões e implementarem as recomendações do relatório”.

Yoon Seong-Kyu, Ministro do Meio Ambiente da República da Coreia e Presidente da COP-12



“O relatório do Grupo de Alto Nível sobre Avaliação de Recursos Gerais para Alcançar as Metas de Biodiversidade de Aichi deixou bem documentados os benefícios significativos adicionais que os investimentos em biodiversidade trarão para o desenvolvimento sustentável. É importante reconhecer que aproximadamente um terço do total da riqueza dos países de baixa renda depende de capital natural, que o Grupo bem descreveu como o “PIB dos pobres”. Quero encorajar aos países a refletir sobre a mensagem principal do relatório no contexto das deliberações da terceira Conferência Internacional sobre o Financiamento para o Desenvolvimento e seu processo preparatório”.

George Talbot, Embaixador e Representante Permanente da República da Guiana para as Nações Unidas e Co-facilitador do Processo de Financiamento para o Desenvolvimento



“O relatório da Convenção para a Diversidade Biológica apresenta exemplos práticos sobre o vínculo positivo entre os investimentos na natureza e a erradicação da pobreza. Quero encorajar aos estados-membros a considerar os dados e a análise feitos pelo grupo de alto nível em preparação para a Terceira Conferência Internacional sobre o Financiamento para o Desenvolvimento”.

Geir O. Pedersen, Embaixador e Representante Permanente da Noruega para as Nações Unidas e Co-facilitador do Processo de Financiamento para o Desenvolvimento



“O Painel de Alto Nível da SCBD demonstrou muito habilmente os benefícios principais e secundários de se alcançar as Metas de Aichi em diversos setores. Explicou que é provável que os benefícios superem significativamente os custos. Essa mensagem positiva do Painel de especialistas coincide com a avaliação geral do PNUMA sobre questões ambientais: a de que os benefícios das ações no longo prazo frequentemente superam os custos de implementação no curto prazo. O relatório também reconheceu que para assegurar esses benefícios e sinergias é necessário elaborar políticas coerentes, criar marcos regulatórios institucionais e demonstrar forte vontade política em todas as nações”.

Achim Steiner, Subsecretário-Geral das Nações Unidas e Diretor Executivo do PNUMA



“Este relatório contém uma importante mensagem para a comunidade internacional que negocia as metas de desenvolvimento sustentável pós-2015: de que a diversidade biológica é a base do funcionamento dos ecossistemas e que a prestação de serviços ecossistêmicos é essencial para o bem-estar do ser humano. Estes garantem a segurança alimentar, a saúde humana e a pureza do ar e da água; contribuem para a vida das comunidades locais e para o desenvolvimento econômico, além de serem essenciais para que alcancemos os objetivos de desenvolvimento sustentável, inclusive o de redução da pobreza”.

Sr. Wu Hongbo, Subsecretário-Geral para Assuntos Econômicos e Sociais, Secretário Geral da Terceira Conferência Internacional sobre o Financiamento para o Desenvolvimento.



“Durante a 12ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, as Partes incentivaram o uso e a implantação dos resultados e recomendações contidas no segundo relatório do Painel de Alto Nível, encarregado pela Avaliação Global dos Recursos para Implementação do Plano Estratégico de Biodiversidade 2011-2020. As partes não devem entender as conclusões do relatório referentes aos custos para atingir as Metas de Aichi como um ônus adicional e sim como um investimento que, no longo prazo, trará benefícios sociais e econômicos significativamente maiores que o custo. O valor dos fundos necessários depende de diversos fatores, especialmente da eficácia com a qual as Metas de Aichi são incorporadas nas já estabelecidas metas de desenvolvimento mais amplas. O relatório do Painel de Alto Nível traz uma mensagem oportuna aos Governos e outros atores econômicos para que esses redirecionem os recursos a fim de obterem melhores resultados de biodiversidade e desenvolvimento sustentável.”

Sr. Bráulio Ferreira de Souza Dias, Secretário Executivo, Convenção sobre Diversidade Biológica.

Painel de alto nível

MEMBROS DO PAINEL DE ALTO NÍVEL

Presidente

Sr. Carlos Manuel Rodriguez, Costa Rica

Botsuana	Dra. Hillary Masundire	Professora Departamento de Ciências Biológicas University of Botswana
Brasil	Sr. Roberto Brandão Cavalcanti	Secretário Secretaria de Biodiversidade e Florestas Ministério do Meio Ambiente
Canadá	Dr. Ussif Rashid Sumaila	Diretor Centro de Pesca e Unidade de Pesquisa Econômica sobre a Pesca, University of British Columbia
China	Sr. Zhu Liucai	Diretor Divisão de Biodiversidade, Secretaria de Cooperação Econômica Internacional, Ministério da Proteção Ambiental
	Sr. Wang Xin	Diretor Secretaria de Cooperação Econômica Internacional, Ministério da Proteção Ambiental
Costa Rica	Sr. Carlos Manuel Rodriguez	Vice-Presidente e Assessor Sênior Políticas Globais Conservation International
Alemanha	Dra. Heidi Wittmer	Vice-Chefe de Departamento Departamento de Políticas Ambientais, Helmholtz Centre for Environmental Research (UFZ)
Índia	Dr. A. Damodaran	Professor Faculdade de Economia e Ciências Sociais Indian Institute of Management
México	Sra. Mariana Bellot Rojas	Diretora Geral, Diretoria Geral para o Desenvolvimento e Promoção Institucional, Comissão Nacional de Áreas Naturais Protegidas (CONANP)
Noruega	Sr. Tom Rådahl	Secretário Geral Ministério do Meio Ambiente
Filipinas	Sra. Rina Maria P. Rosales	Economista de Recursos Resources, Environment, and Economics Center for Studies Inc.
Coreia do Sul	Dr. Tae Yong Jung	Professor Faculdade de Políticas Públicas e Gestão Korea Development Institute (KDI)
Suécia	Sra. Maria Schultz	Diretora Programa de Resiliência e Desenvolvimento (SwedBio), Stockholm Resilience Centre
Reino Unido	Prof. Sr. Robert Watson	Copresidente UK National Ecosystem Assessment

OBSERVADORES DE AGÊNCIAS DAS NAÇÕES UNIDAS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS		
Fundo das Nações Unidas para o Meio Ambiente Global (GEF)	Sr. Mark Zimsky	Especialista em Biodiversidade Sênior Recursos Naturais
Secretaria da OCDE	Dra. Katia Karousakis	Economista Divisão de Mudança Climática, Biodiversidade e Desenvolvimento
Secretaria do TEEB	Dr. Salman Hussain	Coordenador
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)	Sr. Nik Sekhran	Encarregado Grupo para o Meio Ambiente e Energia Divisão de Políticas para o Desenvolvimento
	Sra. Caroline Petersen	Chefe Ecossistemas e Biodiversidade Divisão de Políticas para o Desenvolvimento
	Sr. Yves de Soye	Gerente Iniciativa para o Financiamento da Biodiversidade (BIOFIN)
	Dr. Jamison Ervin	Assessor Técnico Iniciativa para o Financiamento da Biodiversidade (BIOFIN)
Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP)	Sr. Bakary Kante	Diretor Divisão de Direito Ambiental e Convenções
	Sr. Alphonse Kambu	Administrador de Programa Divisão de Direito Ambiental e Convenções
Banco Mundial	Dra. Valerie Hickey	Especialista em Biodiversidade
OBSERVADORES REPRESENTANTES DE GOVERNOS		
Comissão Europeia	Sra. Laure Ledoux	Unidade de Biodiversidade Diretoria Geral para o Meio Ambiente
Índia	Sr. Hem Pande	Secretário Adicional Ministério do Meio Ambiente e Florestas
Japão	Sr. Rikiya Konishi	Vice-Diretor Coordenadoria de Estratégias para a Biodiversidade Global
Noruega	Sra. Tone Solhaug	Assessora Sênior Departamento de Biodiversidade, Recreação em Espaços Abertos e Patrimônio Cultural, Ministério do Meio Ambiente
Reino Unido	Sr. Jeremy Eppel	Vice-Diretor Departamento de Biodiversidade, Ecossistemas e Evidência Internacional Ministério do Meio Ambiente, Alimento e Assuntos Rurais
	Sr. James Vause	Economista, Biodiversidade Economia de Ambientes Naturais Ministério do Meio Ambiente, Alimento e Assuntos Rurais
	Sr. Richard Earley	Assessor de Políticas Internacionais de Biodiversidade Ministério do Meio Ambiente, Alimento e Assuntos Rurais



Sumário Executivo

Apresentação

O trabalho contínuo do Painel de Alto Nível sobre a Avaliação Global de Recursos para a Implementação do Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020 teve a intenção de apoiar as discussões sobre mobilização antes e durante a décima segunda reunião da Conferência das Partes da Convenção de Diversidade Biológica (COP 12). Este relatório parte de uma avaliação global de recursos apresentada pelo primeiro relatório do Painel de Alto Nível e identifica os benefícios da consecução das Metas de Aichi, seu investimento e demandas por recursos. O relatório também analisa como os benefícios sociais, econômicos e ambientais dos investimentos em biodiversidade estão alinhados com políticas

existentes, a fim de garantir uma consecução com bom custo-benefício

Resumo das constatações do primeiro Painel de Alto Nível

O primeiro relatório do Painel de Alto Nível (HLP 2012) apresentou uma avaliação global dos custos de se atingir as Metas de Aichi para a Biodiversidade até 2020, estimando que seria necessário um montante entre US\$150 bilhões e US\$440 bilhões anuais. O Painel reconhecia uma série de incertezas, e reconhecia também que mais pesquisas eram vitais para auxiliar a refinar essas estimativas. Ele ressaltava que as necessidades de recursos não eram uma “conta” que a biodiversidade deveria pagar, mas exigiam mudanças

Caixa: Principais mensagens da primeira fase do Painel de Alto Nível

1. A implementação e consecução das Metas demandam o desenvolvimento de uma estrutura política e institucional apropriada e coerente, e forte vontade política, especialmente em âmbitos nacional e regional;
2. O investimento em biodiversidade e capital natural trará co-benefícios importantes para o desenvolvimento sustentável;
3. Evidências atuais sugerem que os benefícios de se atingir as Metas podem compensar os custos de forma significativa;
4. Há diferenças claras entre a escala relativa de investimentos necessários para a consecução de Metas diversas. Além disso, o investimento necessário para a consecução de uma meta não necessariamente está correlacionado a sua importância;
5. Muitos fatores afetam a extensão das estimativas necessárias para atingir cada uma das Metas. Entre eles, estão o âmbito das atividades a serem calculadas, as oportunidades de investimento associadas e as potenciais sinergias entre as Metas, bem como as incertezas que surgem a partir das limitações de dados e metodologias;
6. Há muitos elos e co-dependências a se considerar entre as Metas entre si, e entre as Metas e outros objetivos de políticas nacionais;
7. É necessário financiamento vindo de uma gama diversa de fontes nacionais e internacionais, e entre diferentes áreas políticas, a fim de garantir a ampla variedade e benefícios econômicos e sociais que podem ser ganhos com a consecução das Metas de Aichi;
8. Pesquisas adicionais são vitais para melhorar e refinar essas estimativas.

na forma de alocação dos recursos em nossas economias para que fossem atingidos os melhores resultados para a biodiversidade e o desenvolvimento sustentável. O relatório acrescentava que uma variedade de fatores poderia afetar a magnitude das necessidades de financiamento. Em particular, os elos e sinergias entre as Metas e outros objetivos significam que a abordagem, recursos e efetividade da consecução de qualquer Meta pode influenciar as necessidades de investimento de outras metas. O Painel de Alto Nível ressaltou alguns dos benefícios mais importantes da consecução das Metas, bem como co-benefícios a outros setores, e concluiu que os benefícios garantidos por meio da implementação das Metas de Aichi poderiam compensar sobremaneira os custos. No entanto, o Painel também reconheceu que há uma necessidade de se desenvolver uma estrutura política e institucional apropriada e coerente, com forte vontade política, com todas as nações, para garantir esses benefícios e sinergias.

Decisão da COP e mandato do Painel de Alto Nível

A décima primeira reunião da Conferência das Partes convidou o Painel de Alto Nível, em colaboração com outras iniciativas relevantes que poderiam oferecer uma abordagem mais ascendente, a continuar seu trabalho com uma composição mais ampla (novos membros com equilíbrio regional) e a relatar os resultados de seu trabalho à COP 12 (decisão XI/4).

Os principais objetivos (Termos de Referência) do Painel de Alto Nível são:

1. Desenvolver uma avaliação dos benefícios em se atingir as Metas de Aichi para a Biodiversidade, examinando tanto os benefícios para a biodiversidade quanto os benefícios mais gerais para a sociedade, que resultem dos investimentos e desenvolvimentos políticos necessários;
2. Avaliar a gama dos custos de implementação das atividades necessárias à consecução das Metas, levando em conta o trabalho adicional proposto pelo relatório do Painel na COP-11;
3. Identificar oportunidades para garantir benefícios mais rentáveis por meio de ações no setor de biodiversidade e em economias como um todo que possam mobilizar/utilizar melhor os recursos,

para garantir mais progresso na consecução das Metas de Aichi.

Na segunda fase dos trabalhos, o Painel partiu das constatações do primeiro relatório ao iniciar uma abordagem ascendente que demanda mais evidências regionais e dá mais ênfase aos custos e benefícios de se atingir as metas, formas mais eficazes de se atingir os objetivos e sinergias com outras agendas políticas.

Organização do trabalho do Painel de Alto Nível

Desde sua criação, em 2012, o Painel de Alto Nível, inclusive sua investigação básica, foram co-patrocinados pelos governos do Brasil, Índia, Japão, Noruega, e Reino Unido. Representantes desses governos, juntamente com PNUMA, PNUD, OCDE, Banco Mundial, GEF e Secretariado da CDB, têm, desde então, se empenhado estreitamente em facilitar o trabalho do Painel. Após a COP 11, o Painel de Alto Nível de reuniu presencialmente três vezes, em 30-31 de maio de 2013 (Trondheim, Noruega, 2-4 de dezembro de 2013 (Chennai, Índia) e 14-15 de abril de 2014 (Brasília, Brasil). As reuniões revisaram o progresso da preparação do relatório e suas constatações, e o feedback recebido durante sua revisão.

Organização da pesquisa

O Secretariado da CDB encomendou um projeto de pesquisa para apoiar a segunda fase do trabalho do Painel de Alto Nível. Esse trabalho foi contratado pelo Centro de Monitoramento da Conservação Mundial do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP-WCMC) e ICF International.

A pesquisa foi organizada de forma a coletar evidências ascendentes de diferentes países, regiões e iniciativas em diferentes escalas regionais, por meio de seis consultorias regionais que consideraram dados de fontes nacionais. Essas evidências fundamentaram a análise dos elos entre as metas e agendas políticas mais amplas, bem como os custos e benefícios de se atingir metas individuais nesses níveis diferentes. Este relatório parte de relatórios regionais, suplementados por análises globais, e apresenta evidências resumidas e estudos de caso das avaliações regionais. O Painel de Alto Nível elaborou dez mensagens-chave a partir de sua avaliação, que foi usada para estruturar as evidências apresentadas.

Além disso, para apresentar um aumento de longo prazo, estável, e previsível nos recursos para atingir as Metas de Aichi, e a Visão associada para 2050, o Painel de Alto Nível faz uma série de recomendações que têm como objetivo frisar as ações necessárias para garantir que os valores de biodiversidade estejam refletidos em planos e decisões por meio de nossas economias e sociedades.

Mensagens-chave

Mensagem-chave 1:

Atingir as Metas de Aichi trará benefícios substanciais para os povos e economias em todo o mundo

Grande parte da fundamentação do Plano Estratégico para a Biodiversidade e as Metas de Biodiversidade de Aichi diz que *“a diversidade biológica é a base do funcionamento do ecossistema e da oferta de serviços ecossistêmicos essenciais para o bem-estar humano. Ela fornece segurança alimentar, saúde humana, ar e água limpos; contribui para os meios de subsistência locais, e desenvolvimento econômico, e é essencial para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, incluindo a redução da pobreza.”*

Avaliações nos níveis global, regional, nacional e local salientam os valores substanciais da oferta essencial, regulamentação, serviços culturais e de apoio que os ecossistemas oferecem, e os benefícios de ações para a conservação e uso sustentável da biodiversidade, e da recuperação de sistemas degradados.

Existem fortes indícios dos benefícios da ação da biodiversidade na sociedade em uma ampla gama de Metas de Aichi, para todos os tipos de ecossistemas e todas as regiões do mundo.

Mensagem-Chave 2:

A biodiversidade é essencial ao desenvolvimento sustentável

A biodiversidade é um motor poderoso para a consecução dos objetivos atuais e futuros de desenvolvimento, em várias escalas, inclusive objetivos ligados à segurança alimentar, segurança

hídrica, meios de subsistência, mudança do clima e redução do risco de desastres, entre outros objetivos de desenvolvimento.

Investimentos em biodiversidade e a implementação das Metas de Aichi vão atingir co-benefícios importantes para o desenvolvimento sustentável. As Metas estão intrinsecamente ligadas a todos os aspectos do desenvolvimento sustentável, inclusive redução da pobreza, direitos de comunidades indígenas e locais, segurança alimentar a longo prazo, saúde humana, mitigação, adaptação e resiliência à mudança do clima; bem como infraestrutura ecológica¹⁹, meios de subsistência locais, e criação de empregos, apoiando assim economias nacionais e globais. Logo, a conservação e uso sustentável da biodiversidade constituem não só o aspecto ambiental do desenvolvimento sustentável, mas estão amplamente ligadas ao desenvolvimento como um todo, incluindo as dimensões social e econômica.

Os gastos e ações para atingir as Metas de Aichi de Biodiversidade devem ser reconhecidas como parte de necessidades maiores de investimentos para atingir o desenvolvimento sustentável no contexto da agenda de desenvolvimento pós-2015.

A biodiversidade é essencial para os objetivos relacionados à conservação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e oceânicos e deve ser integrada, juntamente com metas e indicadores relacionados, a todas as outras áreas focais relevantes dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Ao mesmo tempo, caso se atinja coerência política suficiente, os ODS ajudarão a criar as condições favoráveis necessárias para a conservação e uso sustentável da biodiversidade, incluindo instituições aprimoradas, desenvolvimento político e maior capacidade humana de tomar decisões informadas a respeito do mundo natural. De forma análoga, a discussão sobre os Modos de Implementação (sob os ODS) e a agenda de mobilização por recursos da biodiversidade apóiam-se reciprocamente, e a integração adequada da biodiversidade na estrutura pós-2015 nos níveis nacional e global ajudará a reduzir as necessidades de financiamento da biodiversidade.

Atingir as Metas de Aichi ajudará na criação de empregos e fluxos de renda, e apoiará novas oportunidades econômicas e de negócios.

¹⁹ Também conhecido como estrutura verde

A biodiversidade é o fundamento do capital natural, que representa, em média, 36% da riqueza total de países de baixa renda e compõe mais da metade do “PIB dos pobres”. Investimentos baseados na natureza serão um componente essencial do movimento pró economias verdes. A agricultura sustentável, juntamente com o desenvolvimento tecnológico, pode melhorar as rendas; o estabelecimento de áreas protegidas criará novas oportunidades para o turismo; e o controle de espécies exóticas invasoras e recuperação criará novos empregos.

Mensagem-Chave 3:

A biodiversidade contribui para a mitigação, adaptação e resiliência à mudança do clima

Investir em biodiversidade pode reduzir efetivamente a vulnerabilidade nacional e comunitária, aumentar a resiliência e ajudar na adaptação aos impactos da mudança do clima em todos os níveis, contribuindo significativamente para sua mitigação, inclusive atingindo os resultados relacionados.

Manter oceanos saudáveis e recuperar e conservar florestas e áreas úmidas são estratégias-chave para a mitigação da mudança do clima. Reduzir pela metade as taxas de desmatamento até 2030 reduziria as emissões globais de gases de efeito estufa de 2.7 para 1.5 GT CO₂ por ano, evitando assim prejuízos com a mudança do clima estimados em mais de US\$3,7 trilhões (valor atual líquido) globalmente (Eliasch 2008). Já é consenso estabelecido que os estoques de carbono em florestas intactas são mais resilientes que os em florestas degradadas e fragmentadas. Outras ações de mitigação incluem a proteção de carbono no solo, e a redução de emissões de sistemas pantaneiros, marinhos e agrícolas.

A adaptação com base no ecossistema pode ser rentável e gerar múltiplos benefícios à sociedade.

A vulnerabilidade dos povos, especialmente os mais pobres, aos impactos da mudança do clima está intrinsecamente ligada aos impactos sobre os serviços ecossistêmicos. Investimentos em biodiversidade pode fornecer benefícios diretos de adaptação incluindo proteção costeira (ex. desde a recuperação de manguezais e recifes de coral), regulação das cheias (desde a conservação de florestas e áreas

úmidas) e a proteção de pessoas e animais contra o sol. Esses investimentos aumentarão a resiliência, inclusive por meio da proteção da água, segurança alimentar, e proteção dos meios de subsistência. Isso será cada vez mais importante para ajudar comunidades a se adaptar à mudança do clima e para minimizar perdas e danos.

Existe uma necessidade de entender melhor os impactos da mudança do clima sobre a biodiversidade, e suas implicações para mitigação e adaptação com base em ecossistemas, bem como melhorar a resiliência do clima a tais intervenções. Concomitantemente, existe uma necessidade de melhorar o entendimento e considerar trocas e co-benefícios para a biodiversidade ao se desenvolver políticas e abordagens mais amplas sobre a mudança do clima, mitigação e adaptação. O papel das comunidades locais no auxílio à mitigação e adaptação baseada em ecossistemas deve ser reconhecido.

O potencial do aumento das sinergias entre as Metas de Aichi e políticas para abordar a mudança do clima ainda não foi totalmente utilizado, e há um grande espaço para melhorias nesse sentido.

Existem alinhamentos e inter-dependências importantes entre as Metas de Aichi e as políticas que abordam a mudança do clima. Investimentos em REDD+ para mitigação de carbono são altamente importantes para a conservação da biodiversidade, assim como para garantir os meios de subsistência, contanto que salvaguardas adequadas sejam colocadas em prática e trocas potenciais sejam abordadas.²⁰ Soluções naturais para adaptação ao

²⁰ Ver Apêndice 1 à Decisão 1/CP.16 da UNFCCC e Apêndice 1 da Decisão 1/CP.16 da UNFCCC, “Guia e salvaguardas para abordagens políticas e incentivos positivos sobre questões relacionadas à redução de emissões de desmatamento e degradação de florestas em países em desenvolvimento; e o papel da conservação e uso sustentável de florestas e aumento dos estoques florestais de carbono em países em desenvolvimento” disponível em UNFCCC/CP/2010/7/Add.1, 15 de março de 2011, páginas 26-27, <http://unfccc.int/resource/docs/2010/cop16/eng/07a01.pdf>, acessado em 17 de agosto de 2012. O Secretariado da CDB já forneceu aviso sobre a aplicação de salvaguardas relevantes para a biodiversidade com relação a REDD+ UNEP/CBD/COP/11/24, Nota do Secretariado Executivo, 24 de agosto de 2012, <http://www.cbd.int/cop11/doc/> acessado em 1 de outubro de 2012.

clima podem ter bom custo-benefício e contribuir com os objetivos tanto da UNFCCC e CDB.

Mensagem-Chave 4:

Investimentos em biodiversidade podem aumentar a provisão de serviços ecossistêmicos dos quais dependem as comunidades vulneráveis

Já que a perda de biodiversidade afeta desproporcionalmente as populações vulneráveis, investimentos em biodiversidade vão garantir o fornecimento a longo prazo de serviços-chave e o acesso a recursos críticos de biodiversidade que são essenciais para a segurança alimentar, oportunidades econômicas, bem-estar humano e qualidade de vida.

Evidências regionais demonstram que as comunidades vulneráveis de países em desenvolvimento são especialmente dependentes dos ecossistemas e seus serviços. Cerca de 70% das populações mais pobres – cerca de 870 milhões de pessoas – moram em áreas rurais e muitos dependem diretamente da biodiversidade para sua sobrevivência e bem-estar, inclusive para a oferta direta de alimentos, combustível, material de construção, água limpa, plantas medicinais e outros bens necessários.

Para muitas comunidades pobres e vulneráveis do mundo, a terra e os recursos naturais e sua sabedoria tradicional são seu principal ativo, dando opções para os que não têm nenhuma.

Setores em terra são responsáveis por um grande número de economias e empregos nas áreas rurais dos países em desenvolvimento. A biodiversidade oferece meios de subsistência diversos, inclusive veículos para o início de um pequeno negócio. Isso pode ser fundamental para famílias pobres em tempos de crise. A biodiversidade oferece uma “rede de proteção social” para os pobres das áreas rurais e costeiras, oferecendo proteína para suplementar a agricultura e os meios de subsistência naturais a fim de diversificar os meios de subsistência agrícola e natural e compensar a grande expansão da agricultura em pequena escala. O uso sustentável de recursos naturais é essencial para o compartilhamento sustentado e igualitário dos benefícios que a natureza oferece na criação de tais oportunidades sócio-econômicas.

A ação da biodiversidade precisa levar em conta os impactos distribucionais, para garantir que os benefícios aos pobres e vulneráveis sejam assegurados.

A ação da biodiversidade precisa considerar atentamente as necessidades das comunidades locais, para assegurar que impactos potencialmente negativos sejam identificados e abordados. Esquemas que ajudem os povos indígenas e as comunidades locais e outros gestores de recursos naturais a atrair uma proporção maior do valor dos serviços de biodiversidade e ecossistemas aumentam os incentivos para a conservação e ajudam a atingir as Metas de Aichi. Todos esses esquemas exigirão um reconhecimento apropriado, alocação e segurança de propriedade ou direitos de acesso. Levar em conta e distribuir os benefícios monetários e não monetários dentro das comunidades locais, incluindo as mulheres, pode aumentar a rentabilidade de atividades pró conservação e uso sustentável da biodiversidade.

Mensagem-Chave 5:

A biodiversidade oferece segurança e valorização de opções

Investimentos em biodiversidade podem dar segurança contra mudanças ambientais futuras incertas e cada vez mais próximas, além de manter e aumentar futuras opções de desenvolvimento. Investimentos feitos agora reduzem custos futuros e preservam oportunidades para as gerações atuais e futuras.

A conservação e o uso sustentável da biodiversidade são importantes, não só para a gama de valores de serviços que eles oferecem, mas também por conta de segurança e valorização de opções para a mitigação de riscos, e para o desenvolvimento de oportunidades. ‘Segurança’ está intimamente ligada à resiliência, e a biodiversidade tem um papel crucial em sustentar a resiliência dos ecossistemas para lidar com distúrbios e mudanças. Ao salvaguardar recursos e funções ecológicas, a habilidade de aguentar bem os choques – tais como eventos extremos – aumenta. Proteger espécies e populações é proteger a variedade genética de vida, bem como os potenciais valores atuais e futuros que possam estar associados a eles. Assim, ecossistemas saudáveis, funcionais e resilientes são cada vez mais

vistos como uma “apólice de seguro” para muitas comunidades, oferecendo benefícios entre os setores, como redução dos riscos de desastres; segurança alimentar; gestão sustentável da água e diversificação dos meios de subsistência.

Não investir em biodiversidade agora aumentará os riscos e custos no futuro.

O relatório do Fórum Econômico Mundial sobre Riscos Globais (WEF 2014) constatou que quatro dentre oito piores riscos globais são baseados em ecossistemas. Não tomar as medidas necessárias para lidar com a perda de biodiversidade traz riscos para os benefícios atuais e futuros que podem ser vitais no futuro.

Estratégias para parar a degradação dos ecossistemas agora irão diminuir os custos futuros com restauração, reduzir a necessidade de substitutos caros manufaturados aos sistemas ecológicos e reduzir os custos de se reagir a crises humanitárias.

Mensagem-chave 6:

Aumentar as sinergias, abordar os compromissos, e promover alinhamentos entre as políticas setoriais são prerequisites para a implementação efetiva das Metas de Aichi e da maior importância para a mobilização de recursos

Desenvolver objetivos harmonizados transversalmente através dos setores para desenvolver e implementar políticas e atividades que se reforcem mutuamente, e aumentar os esforços para gerenciar os compromissos passos importantes para a consecução das Metas de Aichi Targets, atingindo co-benefícios e desenvolvendo caminhos rentáveis em direção a uma sociedade sustentável. Isso ajudará a identificar oportunidades de co-financiamento e a assegurar contribuições para atingir as Metas de Aichi a partir de uma ampla gama de fontes através de economias e sociedades.

A integração da biodiversidade a agendas mais amplas de políticas, planos e orçamentos oferece oportunidades importantes para processos mais eficientes de elaboração de políticas e co-

financiamento, mas ainda está em um estágio inicial. Uma abordagem mais coordenada e coerente entre planejamento e consecução entre o setor de biodiversidade e outras áreas políticas, inclusive desenvolvimento, crescimento, redução da pobreza, mudança do clima, agricultura, florestas, pesca, água e saneamento, juntamente com o uso mais coordenado dos recursos é crucial para ajudar a abordar os conflitos, atingir os co-benefícios e atingir as Metas de Aichi a baixo custo.

Os esforços para atrair a ampla gama de valores de biodiversidade em jogo e reportar os sistemas podem contribuir significativamente para os esforços de mobilização por recursos

Iniciativas como o estudo da Economia dos Ecossistemas e Biodiversidade (TEEB), a parceria WAVES (Contabilidade de Riquezas e Valoração dos Serviços Ecossistêmicos), o desenvolvimento atual de padrões estatísticos para contas ambientais econômicas e ecossistêmicas da Divisão de Estatísticas da ONU e estudos planejados sob a Plataforma Intergovernamental de Ciência Política sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES), bem como o trabalho associado em níveis nacional e regional, estão ampliando sua ação para atrair uma série de valores de biodiversidade e serviços ecossistêmicos em sistemas de contabilidade e relatório, e tomada de decisões. Um uso maior de tais ferramentas no apoio a processos de tomadas de decisões nos setores público e privado pode contribuir significativamente para a sustentabilidade e bem-estar humano a longo prazo.

A interface fortalecida de ciência política para a biodiversidade e serviços ecossistêmicos pode ser uma força crítica na definição do sistema de governança para integração.

A integração efetiva da biodiversidade e serviços ecossistêmicos a outros setores, e seus planos para o uso de recursos e investimentos, demandará entendimento e reconhecimento completos de sua relevância e valor para esses setores. Com o estabelecimento da IPBES, e a adoção de seu primeiro programa de trabalho, existe um forte potencial para apresentar informação sobre a relevância e o valor da biodiversidade e serviços ecossistêmicos de maneira mais coerente, e por meio de processos que são reconhecidos tanto por setores de conhecimento e governos.

Mensagem-chave 7:

Todos os países precisam investir em instituições e quadros políticos, ações de conservação direta e uso sustentável, incentivos e instrumentos econômicos

Instituições coesas e bem elaboradas e estruturas políticas efetivas são um prerequisite para financiamento de biodiversidade efetivo e eficiente.

O relatório completo apresenta uma tipologia de investimentos necessários para atingir as Metas de Aichi e revê evidências sobre necessidades de investimentos em diferentes países e regiões. Ele mostra que avaliações ascendentes das necessidades de investimento são largamente consistentes com a avaliação global “decrescente” dos investimentos necessários para atingir cada Meta apresentada no Painel de Alto Nível (2012).

Investir em estruturas políticas e condições geralmente favoráveis é um prerequisite para ações de biodiversidade em muitos países, especialmente nas regiões menos desenvolvidas da África, Ásia, América Latina e Caribe, e Europa Oriental. Ações de conscientização, capacitação, desenvolvimento de uma base de conhecimentos, e o estabelecimento de estruturas legais, instituições e quadros de governança necessários são um prerequisite para a consecução eficiente de todas as Metas de Aichi, bem como contribuem diretamente para as Metas 1-4 e 16-20. Em algumas regiões, como a América do Norte, UE e Australásia, estruturas favoráveis são geralmente mais desenvolvidas, mas ainda é necessário progredir bastante para conscientizar sobre os valores de biodiversidade, melhorando o entendimento dos serviços ecossistêmicos e a conscientização sobre mecanismos de incentivo, políticas setoriais e processos decisórios dos setores público e privado.

Os obstáculos à consecução das Metas podem estar muito relacionadas com uma falta de estruturas institucionais apropriadas e processos decisórios, como falta de recursos. Ações efetivas vão demandar políticas coerentes, instituições melhoradas e governança mais fortalecida, engajando todos os atores relevantes dos níveis local ao global.

Os países precisam investir na conservação direta e ações de uso sustentável, no desenvolvimento de incentivos e instrumentos econômicos,

e em tecnologia. Eles precisam abordar as condicionantes subjacentes da perda de biodiversidade.

Investimentos na integração da biodiversidade em outras áreas de política é uma prioridade para todas as regiões. Uma vez que há financiamento inadequado para ações de biodiversidade em muitos países, as oportunidades para integrar a biodiversidade com outras agendas políticas relacionadas ao combate à pobreza, meios de subsistência sustentáveis, e gestão de recursos naturais são importantes.

Existe uma necessidade de se respeitar e aprender com os povos indígenas e comunidades locais e sua contribuição ao uso sustentável e conservação da biodiversidade, inclusive reconhecendo os direitos de propriedade e aumentando sua participação e envolvimento em processos de planejamento e implementação.

Mensagem-chave 8:

A elaboração e implementação de instrumentos políticos e econômicos apropriados são essenciais para parar a perda de biodiversidade

Atingir as Metas de Aichi ao menor custo possível demandará o uso mais eficiente de orçamentos, juntamente com a aplicação de uma série maior de instrumentos econômicos e incentivos.

As ações necessárias para atingir as Metas de Aichi exigem maiores investimentos e, dadas as limitações bastante reais, compromissos e prioridades deverão ser estabelecidas. Ainda assim, os recursos conseguidos por meio de subvenções e financiamento governamental podem e devem ser distendidos usando melhores estratégias financeiras, fornecendo melhores incentivos e encorajando múltiplos benefícios e beneficiários. Existe igualmente um papel desempenhado por governos nacionais no estabelecimento de condições favoráveis que permitam maior envolvimento do setor privado.

A variedade de instrumentos para a conservação e uso sustentável da biodiversidade, incluindo incentivos e instrumentos econômicos deve ser escalonada e

tornada mais ambiciosa. Essas necessidades precisam ser elaboradas e implementadas de forma a assegurar que sejam ambientalmente efetivas, com bom custo-benefício e distribuídas o mais igualmente possível.

Muito pode ser ganho com a supressão progressiva de incentivos de efeito perverso e práticas não sustentáveis, e ao estender o bom uso do solo e planejamento marinho e o desenvolvimento de políticas fiscais verdes.

A eliminação de subsídios ambientalmente prejudiciais e que distorcem o mercado, inclusive os que apoiam a agricultura, pesca, silvicultura e a indústria extrativista, se bem gerida, pode reduzir os impactos negativos à biodiversidade e liberar os recursos que poderiam ser usados para outros investimentos em proteção da biodiversidade e em estratégias mais eficientes de desenvolvimento. Investimentos proativos em produção e consumo sustentável serão menos eficientes sem que primeiro, ou pelo menos simultaneamente, eliminem subsídios para produção e consumo não sustentável. Em escala global, foi estimado que a eliminação de subsídios prejudiciais à pesca, que atualmente somam cerca de US\$19,2 bilhões, contribuiria com a obtenção de ganhos líquidos em retornos de pesca de US\$124,8 bilhões (\$77,6 – 170,6 bilhões) até 2020 (Harding *et al.* 2012). Mais pesquisas para identificar e abordar barreiras à reforma dos subsídios auxiliaria este processo.

Um maior entendimento e reconhecimento desses benefícios vai incentivar decisões políticas que apoiem a mobilização de recursos e promovam eficiência econômica, acesso a mercados, e investimento no setor privado. Isso vai também fornecer sinais claros e consistentes aos consumidores, produtores, investidores e tomadores de decisões.

A reforma ambiental fiscal, os pagamentos por serviços ecossistêmicos, compromissos com a biodiversidade, mercados para produtos verdes e a integração da biodiversidade ao financiamento de mudança do clima e desenvolvimento internacional (entre outros instrumentos, como examinado pela OCDE e outros) apresentam um potencial forte de consecução se realizados de forma prudente, sob a égide das estruturas institucionais corretas e com salvaguardas apropriadas.

Mensagem-chave 9:

Os benefícios monetários e não monetários da conservação e uso sustentável da biodiversidade frequentemente compensam os custos

Tem-se demonstrado que os benefícios da conservação e uso sustentável da biodiversidade excedem, e muito, os custos para todas as regiões e para uma série de Metas de Aichi. Com base no agregado anual de estimativas do Painel de Alto Nível (2012) sobre necessidades de investimento, o investimento global médio per capita necessário para ações em biodiversidade está estimado entre aproximadamente US\$20 e US\$60²¹. Isso se traduz em necessidades de investimentos variando entre 0,08 a 0,25% do PIB global.

O primeiro relatório do Painel de Alto Nível (HLP 2012) apresentou uma primeira estimativa geral do nível de recursos necessários para a consecução das Metas de Aichi globalmente, ao agregar estimativas “decrecentes” para cada uma das 20 metas. Por meio da adição simples de requerimentos de recursos identificados para cada meta, os recursos necessários para implementação foram estimados em algo entre US\$150 bilhões e US\$440 bilhões por ano. Essas estimativas incluem gastos existentes.

Evidências regionais e nacionais corroboram amplamente as estimativas de necessidades globais de recursos feita pelo Painel em seu primeiro relatório. No entanto, dados os múltiplos benefícios dos investimentos requeridos, apenas uma pequena parte desses recursos precisam ser financiados a partir de orçamentos específicos para a biodiversidade.

As estimativas decrecentes de necessidades de recursos feitas pelo Painel (2012) são amplamente consistentes com as avaliações disponíveis em âmbitos nacional, regional e global. Onde há diferenças, a evidências tendem a sugerir que as estimativas da primeira fase do Painel podem ter sido mais conservadoras para algumas metas. Em específico, a avaliação global crescente do Painel (2012) apresentou estimativas mais baixas para algumas metas que as sugeridas em estimativas de

²¹ Com base na população global de aproximadamente 7 bilhões de pessoas

algumas regiões com rendas maiores, como a UE, onde custos com a terra e mão de obra são altos. Além disso, as estimativas para as Metas 2-4 feitas pelo Painel em 2012 são baixas se comparadas a outras avaliações, já que se baseiam no custo de estudos e planos, em vez de se basear nos recursos totais necessários para implementar mudanças de políticas.

Estima-se que os gastos centrados principalmente e diretamente na biodiversidade correspondam a apenas 18% do total global de recursos requeridos para atingir as Metas de Aichi; um adicional de 25% de investimentos apoiaria as ações climáticas e outros serviços ecossistêmicos; enquanto a maioria dos gastos (cerca de 57% do total) apoiaria ações mais amplas de sustentabilidade, por meio do controle da poluição e espécies exóticas invasoras, e a promoção da sustentabilidade em setores-chave. A implicação é que uma minoria dos investimentos identificados precisaria ter origem em orçamentos específicos de biodiversidade, mas a maioria poderia financiada conjuntamente por meio de orçamentos públicos e da repriorização de gastos privados em agricultura, silvicultura, pesca, água, controle da poluição e ações climáticas.

Mensagem-chave 10:

Existe uma necessidade de aumentar os investimentos de forma substancial para superar as lacunas de financiamento

Estimativas em âmbitos global, regional e nacional sugerem uma lacuna significativa entre os investimentos necessários para a consecução das metas de biodiversidade e os recursos alocados atualmente. Isso se aplica para todas as Metas de Aichi.

O primeiro relatório do Painel de Alto Nível constatou que, para a maioria das metas de Aichi, existe uma lacuna significativa entre os recursos necessários e os que estão alocados atualmente em escalas global e nacional.

Essa constatação é corroborada pro avaliações em âmbitos global, regional e nacional. Por exemplo, uma revisão estimou que os níveis atuais de financiamento global para a biodiversidade estão entre US\$51 e 53 bilhões anualmente, comparados às necessidades estimadas de US\$300-400 bilhões

anuais (Parker *et. al.* 2012). Estimou-se que os gastos atuais com a proteção de espécies são um oitavo menores que os gastos realmente necessários, e que os gastos com áreas protegidas são um terço menores que o esperado em países em desenvolvimento e metade do necessário em países desenvolvidos. Conclusões semelhantes foram constatadas por avaliações regionais e nacionais em todas as regiões do mundo, e para uma ampla série de ações de biodiversidade.

Aumentos em fundos dedicados à ações em biodiversidade são necessários mas não são suficientes. Fechar essa lacuna financeira só será possível com um realinhamento dos gastos atuais (especialmente os que lidam com a perda de biodiversidade) com objetivos de biodiversidade, e por meio de uma melhor integração setorial. A maior parte dos fundos necessários para enfrentar as condicionantes diretas e indiretas da perda de biodiversidade trarão múltiplos objetivos e demandarão a integração das ações de biodiversidade com os orçamentos existentes.

Recomendações

O relatório do Fórum Econômico Mundial sobre Riscos Globais (WEF 2014) constatou que quatro dentre oito piores riscos globais são baseados em ecossistemas. As evidências apresentadas nesse relatório sugerem que os custos, para a sociedade, de não implementar o Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020 e atingir as Metas de Aichi são, em muitos casos, muito mais altos que os recursos necessários para sua consecução; e que ações insuficientes para enfrentar a perda de biodiversidade colocam em risco os benefícios atuais e futuros que poderiam se tornar vitais no futuro.

Portanto, todos os países devem desenvolver planos para preencher as lacunas financeiras existentes. Para iniciativas centrais de conservação da biodiversidade para proteger espécies e ecossistemas vulneráveis, os países terão que aumentar a base de financiamento para aumentar a oferta de fundos sustentada e previsível. Para abordar as condicionantes de perda de biodiversidade por meio de nossas economias e sociedades, os países precisarão integrar conservação e uso sustentável transversalmente pelo setores, bem como financiamento privado para realinhar os gastos

atuais.

O Painel de Alto Nível recomenda uma série de ações que, em sua opinião, caso sejam totalmente implementadas, poderiam permitir aos países reduzir significativamente os recursos adicionais necessários, e aumentar o custo-benefício dos gastos com conservação e uso sustentável da biodiversidade. Essas ações são igualmente importantes para países desenvolvidos e em desenvolvimento. O Painel de Alto Nível antecipa que suas recomendações poderiam basear as ações diretas dos países e de outros atores interessados, bem como os esforços em andamento sobre desenvolvimento de capacidades.

1. **Todos os países devem continuar a avaliar urgentemente suas bases de referência, necessidades e lacunas, e todo o potencial de fontes de financiamento, bem como identificar oportunidades para aumentar o custo-benefício em gastos nacionais com biodiversidade; e usar essas informações em escala nacional para entender onde mais ações são necessárias e auxiliar a identificar fontes potenciais de financiamento.** Experiências nacionais, inclusive lições aprendidas com a iniciativa BIOFIN, devem ser documentadas, coletadas e disponibilizadas, inclusive por meio do Mecanismo de Facilitação da CDB e do Fórum NBSAP, e o apoio a mecanismos que acelerem o aprendizado deve ser desenvolvido. Doadores e Partes Interessadas de países desenvolvidos devem considerar a oferta de apoio bilateral e multilateral aos países para implementar os passos descritos na abordagem BIOFIN.
2. **Os países devem desenvolver estratégias e políticas para preencher a lacuna financeira com uma base aumentada e diversificada de fontes sustentadas e previsíveis de financiamento, inclusive o comprometimento de fundos públicos por meio de estruturas de gastos a médio prazo.** Os países devem aumentar substancialmente e complementar os orçamentos domésticos de biodiversidade, por exemplo, por meio de mecanismos novos e inovadores, e por meio do escalonamento das atividades atuais. O realinhamento de gastos atuais deve ser a parte central de um esforço para preencher as lacunas. Também há um papel forte a ser desempenhado pelos governos no alavancamento de financiamento

do setor privado, via incentivos e instrumentos econômicos, pela formulação e implementação de políticas necessárias, favorecendo condições sob salvaguardas apropriadas.

3. **Os investimentos em biodiversidade marinha, ecossistemas de água doce e terrestres precisam ser compreendidos, apresentados e reconhecidos como soluções para problemas e desafios maiores.** Isso requer melhor compreensão e comunicação dos benefícios mais amplos do bom funcionamento dos ecossistemas e do valor de soluções naturais em vez de alternativas feitas pelo homem. Os países e outros atores interessados deveriam usar as evidências de estudos disponíveis, como as avaliações regionais do Painel de Alto Nível, para construir casos de sucesso para investimentos em biodiversidade de diferentes setores, e comunicar os benefícios e os custos da inação e investimentos atrasados, especialmente para os segmentos mais pobres da sociedade. Isso deve ser comunicado com um aviso feito por ministérios, ONGs e outras agências relacionadas à conservação aos atores interessados, inclusive outras agências governamentais, agências doadoras multilateral e bilateral e bancos de desenvolvimento, com foco no papel da biodiversidade em atingir os objetivos esperados. Isso ajudará a apoiar a integração da conservação e uso sustentável da biodiversidade em planos e orçamentos de desenvolvimento nacionais e regionais, e as mudanças necessárias nas práticas dos setores. Essa evidência também deve ser integrada aos NBSAPs e estratégia regional de biodiversidade e planos de ação.
4. **Ao desenvolver objetivos e planos internacionais e nacionais de desenvolvimento sustentável, os países devem identificar ações pelas quais a integração da biodiversidade possa contribuir diretamente com a consecução de tais objetivos e metas, a fim de incentivar decisões positivas sobre o desenvolvimento de biodiversidade.** Isso inclui a contribuição que pode ser feita a , por exemplo, segurança alimentar, redução de riscos de desastres, meios de subsistência e redução da pobreza, e segurança nacional, bem como receita nacional. Os países devem explorar mecanismos específicos para fazê-lo, como contabilização de ecossistema sob salvaguardas apropriadas sociais e de biodiversidade, além de identificar

e facilitar mudanças específicas no setor público para eliminar incentivos e subsídios deletérios à biodiversidade. Ações de biodiversidade em níveis local e nacional devem levar em conta os impactos distribucionais, para assegurar os benefícios para os povos mais pobres e vulneráveis.

5. **Como parte dos esforços de integração, os países devem aumentar os links entre as políticas, projetos e programas de mudanças climáticas e conservação e uso sustentável da biodiversidade. Isso tem um potencial de garantir fundos adicionais para ação em biodiversidade.** Isso incluiria a integração da biodiversidade e serviços ecossistêmicos em suas estruturas de Políticas Nacionais de Mudança do Clima, e o desenvolvimento de abordagens baseadas em ecossistemas para adaptação e mitigação. Tais abordagens podem criar soluções sustentáveis e rentáveis aos desafios propostos pela mudança climática.
6. **Os governos devem convocar um diálogo amplo entre atores governamentais, privados e da sociedade civil sobre os argumentos para a integração dos princípios de conservação e uso sustentável em vários setores, e sobre opções práticas para aumentar o financiamento e auxiliar na integração dos objetivos de conservação e uso sustentável.** Ao garantir uma abordagem trans-setorial à revisão e implementação de NBSAPs, os países devem identificar os papéis relevantes e responsabilidades de cada ator interessado, incluindo, em particular, agências de planejamento e financiamento. Essa abordagem é essencial para atingir planos bem apoiados de mobilização de recursos para a implementação de estratégias e ações-chave.
7. **As contribuições em espécie de ações coletivas, esforços e conhecimento de povos indígenas e comunidades locais sobre a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, e a oferta de serviços e funções ecossistêmicas devem ser respeitados e levados em conta ao se elaborar, financiar e implementar intervenções.** Isso inclui esclarecer e respeitar os direitos de recurso dos povos indígenas e comunidades locais e aumentar sua participação na escolha e operacionalização de políticas e

planos de biodiversidade.

8. **Programas de desenvolvimento de capacidades institucionais e humanas devem incluir um foco cada vez maior no compartilhamento de conhecimento prático e experiências no desenvolvimento de políticas e instrumentos efetivos para integração que apoiem investimentos maiores em conservação e uso sustentável;** e aumentem o papel da cooperação e do apoio regional e sul-sul. As lições das escalas nacional e internacional devem ser levadas em conta e delas se extrair abordagens de parcerias, tais como nas experiências onde há uma agenda compartilhada transversalmente entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, incluindo as usadas parceria WAVES (Contabilidade de Riquezas e Valoração dos Serviços Ecossistêmicos), o estudo da Economia dos Ecossistemas e Biodiversidade (TEEB)²², e abordagens nacionais específicas como a Abordagem Mãe-Terra²³.
9. **Os países devem integrar programas de treinamento, qualificação e capacitação, conscientização da lógica econômica para ações de biodiversidade e serviços ecossistêmicos, e seu papel na consecução do desenvolvimento sustentável.** Módulos relevantes devem ser incluídos nos currículos da educação secundária e superior, e em programas novos e nos já existentes de treinamento da sociedade civil e setor privado. Os programas com foco em gestão de negócios são especialmente importantes.
10. **Os países devem incluir bases de referência e indicadores robustos e verificáveis no estado e tendências de biodiversidade, ecossistemas e serviços ecossistêmicos em seus planos locais e nacionais de desenvolvimento e NBSAPs que auxiliarão a localizar e avaliar os benefícios dos investimentos em biodiversidade e promover sua aceitação mais amplamente.** Nesse sentido, o Painel de Alto Nível recomenda o uso de mapeamento de capital natural como uma ferramenta de avaliação dos ecossistemas e seus serviços; monitoramento com base comunitária e sistemas de informação; pesquisas

²² <http://www.teebweb.org/>

²³ <http://ucordillera.edu.bo/download/livingwell.pdf>

adicionais em valorização de ecossistemas e avaliação de resiliência ecossistêmica e limiares; e o desenvolvimento e aplicação de metodologias apropriadas. Existe um papel forte a ser desempenhado pela *Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos* (IPBES) para apoiar esses esforços.

11. **Os investimentos devem ser feitos na melhoria da geração de conhecimento sobre o valor de seguro da biodiversidade e melhores processos de aprendizagem para a governança adaptativa dos ecossistemas** para evitar pontos de ruptura e mudanças de regime para aumentar com bom custo-benefício o potencial para o desenvolvimento sustentável e bem-estar. Isso deve se aplicar à políticas e práticas, inclusive o uso de medidas financeiras apropriadas para apoiar diversas atividades de proteção da biodiversidade e serviços ecossistêmicos, que são

mais bem guiados pelo conhecimento dos elos entre biodiversidade e função do ecossistema e consecução dos serviços ecossistêmicos, garantindo resiliência ecossistêmica e os valores associados de seguro. Eles podem ser guiados por metodologias como avaliações ecossistêmicas²⁴, avaliações de resiliência²⁵, Análises Comunitárias de Resiliência (CoBRA)²⁶ e Avaliações Ambientais Estratégicas (SEAs), incluindo avaliações de riscos associados com análises de cenários, bem como a aplicação da abordagem precaucionária.

²⁴ <http://www.ecosystemassessments.net/>

²⁵ http://www.resalliance.org/index.php/resilience_assessment

²⁶ http://www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/environment-energy/sustainable_land_management/CoBRA.html

Secretariat of the Convention on Biological Diversity

World Trade Centre
413 St. Jacques Street, Suite 800
Montreal, Quebec, Canada H2Y 1N9

Phone: +1 514 288 2220
Fax: +1 514 288 6588
E-mail: secretariat@cbd.int
Website: www.cbd.int